



UNISO

CIÊNCIA



CONHECIMENTO A SERVIÇO DA COMUNIDADE • EDIÇÃO Nº 35 • 03/05/2026

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMO GARANTIR O DIREITO AO ENSINO REGULAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Foto/Photo: Rawpixel.com (Adobe Stock)

• PÁG 04 •

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA
DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

• PÁG 02 •

**ESTUDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECE PARÂMETROS
PARA TREINAMENTO DE FUTEBOLISTAS JOVENS**

• PÁG 04 •

EDITORIAL

Nesta edição do jornal Uniso Ciência, reunimos temas que evidenciam o papel da educação na formação das pessoas, em diferentes contextos.

Uma das reportagens aborda a difusão do conceito de educação financeira e de como ele vem sendo tratado como política pública e no âmbito da Educação Superior.

Outra reportagem, na área de estudos da Educação Física, aborda uma pesquisa realizada com jogadores de futebol amadores, que traz parâmetros para mensurar a progressão dos atletas em seu treinamento. Uma contribuição importante diante da relevância cultural e econômica desse esporte no país.

Por fim, a terceira reportagem desta edição traz um olhar sobre a educação inclusiva no contexto escolar brasileiro, por meio de uma pesquisa que mapeou e analisou produções acadêmicas sobre o tema.

Boa leitura!

Prof. Dr. José Martins de Oliveira Júnior
Reitor e Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Fernando de Sá Del Fiol
Pró-Reitor de Graduação, Assuntos Estudantis e Extensão

Prof. Dr. Rogério Augusto Profeta
Pró-Reitor Administrativo, de Inovação e de Internacionalização

EXPEDIENTE

Uniso Ciência é uma publicação da Universidade de Sorocaba.

Reitoria: Prof. Dr. José Martins de Oliveira Júnior (Reitor e Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa), Prof. Dr. Fernando de Sá Del Fiol (Pró-Reitor de Graduação, Assuntos Estudantis e Extensão) e Prof. Dr. Rogério Augusto Profeta (Pró-Reitor Administrativo, de Inovação e de Internacionalização).

Coordenação: Assessoria de Comunicação Social (Assecoms) / Jornalista responsável: Mônica Cristina Ribeiro Gomes (MTB 27.877).

Equipe: Profa. Ma. Bianca Didoni, Prof. Dr. Edison Trombeta, Prof. Dr. Guilherme Profeta e Profa. Dra. Mara Rovida (Reportagens), Ricardo Kazuo Fujimoto (Diagramação), Paula Rafael Gonzalez Valelongo (Revisão).

Conselho Editorial: Prof. Me. Adilson Aparecido Spim, Prof. Dr. Edgar Robles Tardelli, Prof. Dr. Lourival Antunes de Oliveira Filho, Profa. Ma. Mônica Cristina Ribeiro Gomes e Prof. Dr. Nobel Penteado de Freitas.

Informações: ciencia@uniso.br
(15) 2101.7006/7081 | uniso.br

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

REPORTAGEM: Edison Trombeta



Foto: Fernando Rezende

Daniela Bufalo, autora da dissertação sobre educação financeira

Quando se fala em Educação Financeira, a ideia geral é a de que ela é útil apenas para quem tem bastante dinheiro e, assim, precisaria aprender a investir, poupar adequadamente e gerenciar as reservas. Esta visão é comum, mas desconsidera que a educação financeira deve ser para todos, de forma a criar condições de participação plena na cidadania e de planejamento familiar.

É neste sentido que avança a dissertação defendida por Daniela Cristina Lourenço Bufalo no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Sorocaba (Uniso). A pesquisa teve como título “Educação Financeira como política pública no Brasil: do processo histórico ao levantamento das ações práticas na educação superior” e foi orientada pelo professor doutor Rafael Ângelo Bunhi Pinto.

A dissertação, de caráter bibliográfico e documental, traz à tona reflexões sobre as políticas de educação financeira no Brasil e seu impacto na sociedade. “A pesquisa de Bufalo é importante porque demonstra como a educação financeira extrapola os conceitos tradicionais de investimento e de poupança, por exemplo, e tem a capacidade de se transformar em uma ferramenta de transformação social”, destaca o orientador.

O estudo, iniciado em 2019, teve como objetivo compreender como a educação financeira se tornou uma política pública no Brasil, especialmente no contexto da educação superior. Ao longo do processo, Bufalo explorou conceitos fundamentais de educação, políticas públicas e educação financeira, analisando o histórico desde a implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010.

A importância do tema é vista pela agora mestra por causa de sua jornada de quase duas décadas no mercado financeiro. Ela destaca que o investimento em educação é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população. “Tudo começa pela educação, pela ampliação do conceito e pelo sentido que ela dá para vida humana e a busca inacabável pelo conhecimento. As necessidades cotidianas e sociais surgem e ressurgem, e as políticas públicas se inserem no contexto”, destaca Bufalo.

Essa percepção a levou a unir suas paixões pela educação e pelas finanças, o que culminou na pesquisa realizada. Bufalo ressalta: “Sempre acreditei, e ainda acredito, que investir em educação é o único caminho para um desenvolvimento sustentável e para melhorar a qualidade de vida da população”.

Uma das descobertas da investigação foi a constatação de que os estudantes do ensino superior têm sido deixados à margem do assunto pelas políticas públicas de educação financeira. A autora ainda indica que as universidades têm desempenhado um papel tímido na promoção do letramento financeiro e na produção de conhecimento científico sobre o tema.

Ao abordar a educação financeira como um letramento financeiro, a pesquisa incorpora aspectos comportamentais e destaca a importância

PARA SABER MAIS: “ENEF”

O Decreto nº 7.397, publicado no Diário Oficial de União de 22 de dezembro de 2010, é o documento inicial que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A partir dele, houve o início da promoção de diretrizes da educação financeira no Brasil, conforme analisado na dissertação. Posteriormente, o decreto foi revogado, e outro foi implementado: o Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.

de uma abordagem que vá além dos conceitos tradicionais de investimento e poupança. “A pesquisa também fez um mapeamento a respeito de educação financeira na educação superior, para situar a universidade no contexto da execução desta política pública. Os resultados da pesquisa de Bufalo têm o potencial de fornecer contribuições valiosas para fins de formulação e reformulação de políticas públicas que visem melhorar a educação financeira e a conscientização dos cidadãos sobre o assunto”, afirma o orientador da dissertação.

Bufalo, em sua dissertação, enfatiza que a consolidação da educação financeira como política pública exige esforços contínuos e sistemáticos do governo e da sociedade. Embora os resultados destes esforços necessários possam não ser imediatamente visíveis, iniciativas persistentes são essenciais para promover comportamentos e atitudes financeiramente responsáveis, fundamentadas em conhecimento financeiro sólido. “Desta forma, será possível evidenciar a ação transformadora dessa política pública, provocadora da mobilidade social, da melhora do nível de poupança do país, da redução do endividamento e da concretização de sonhos individuais e coletivos”, aponta a autora da dissertação.

A longo prazo, isso pode resultar em uma sociedade mais capacitada, com maior nível de poupança, menor endividamento e, conseqüentemente, na materialização de necessidades e desejos individuais e coletivos. O estudo, por fim, lança luz sobre a importância crucial da educação financeira como uma ferramenta poderosa para impulsionar a mobilidade social e o bem-estar da população. “A conexão entre educação e cidadania também corrobora a compreensão do conceito de educação financeira, que passa a ser vista como competência necessária à formação completa do indivíduo e exercício pleno da cidadania”, finaliza Bufalo.



Foto: adragan (Adobe Stock)

Com base na dissertação “Educação Financeira como política pública no Brasil: do processo histórico ao levantamento das ações práticas na educação superior”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso), com orientação do professor doutor Rafael Ângelo Bunhi Pinto e aprovada em 05 de maio de 2022. **Acesse a pesquisa:**



ESTUDO DA EDUCAÇÃO FÍSICA OFERECE PARÂMETROS PARA TREINAMENTO DE FUTEBOLISTAS JOVENS

REPORTAGEM: Guilherme Profeta



Foto/Photo: Dusan Kestic (Adobe Stock)

O futebol é, sem dúvidas, uma indústria bilionária. No Brasil, por exemplo, um estudo conduzido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em parceria com a consultoria EY, apontou, em 2019, que o futebol representava 0,72% de todo o PIB nacional (o que, na época, correspondia a mais de R\$50 bilhões) — mais detalhes sobre o estudo podem ser conferidos num relatório intitulado “O Impacto do Futebol Brasileiro”, publicado pela CBF, que aborda todos os impactos da cadeia produtiva desse esporte, tanto os diretos quanto os indiretos. Tal relevância — não só econômica, mas, no caso de muitos países (como o Brasil), também cultural — justifica a preocupação com a melhoria contínua no rendimento de atletas e equipes, melhoria essa que deve ser amparada por métodos de mensuração com base científica.

É exatamente aí que entram os acadêmicos da Educação Física. Foi disso que tratou o artigo “Classificação da potência anaeróbia em jogadores jovens de futebol”, publicado na Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício em 2022, por uma equipe de professores e estudantes da Universidade de Sorocaba (Uniso), da Faculdade de Santa Bárbara d’Oeste e da Universidade Federal do Ceará, sob a liderança do professor doutor Thiago Mattos Frota de Souza, à época docente nos cursos de graduação em Educação Física (bacharelado e licenciatura) da Uniso, posição que ocupou até o mesmo ano.

Conforme explicam os autores, no artigo, são vários os aspectos (físicos, técnicos e táticos) que determinam o êxito de uma equipe de futebol, e a forma como se treina atletas hoje não é a

mesma como se treinava atletas no passado, em grande parte devido aos avanços tecnológicos e aos estudos em Educação Física, que geram resultados e protocolos que os treinadores podem utilizar para melhorar suas práticas.

“Existem diversos protocolos de testes físicos que podem fornecer informações para que treinadores e preparadores físicos estruturem os treinamentos de maneira mais adequada e individualizada”, eles defendem. “Entretanto, uma das dificuldades de transferência dos resultados, dos testes para os treinamentos, se dá em decorrência da falta de especificidades dos testes em relação a cada modalidade esportiva.” Em outras palavras, ainda que existam muitos tipos de testes disponíveis, nem todos são adequados para medir o que de fato acontece durante uma partida de futebol.

VALIDAÇÃO ESPECÍFICA PARA O FUTEBOL

Tome-se como exemplo o teste de Wingate, conduzido em bicicletas estacionárias (nas quais o atleta pedala por 30 segundos, em velocidade máxima, com uma resistência proporcional à sua massa corporal, gerada por pesos): ainda que em si o teste seja um método válido e amplamente difundido para avaliar a potência anaeróbia de um atleta — ou seja, a potência durante exercícios intensos e de curta duração —, ele não representa o tipo de exercício característico do futebol.

Mais apropriados são testes como o Teste de Velocidade para Potência Anaeróbia (TVPA), ou *Running Based Anaerobic Sprint Test* (RAST), que é baseado em corridas curtas de alta velocidade (ou *sprints*). Foi esse teste especificamente que os pesquisadores aplicaram em jogadores de futebol amadores entre 12 e 16 anos.

Um total de 51 futebolistas, todos com uma frequência de treinamento de pelo menos três vezes por semana, participou do estudo, que consistiu em seis *sprints* de 35 metros, cronometrados com intervalos de 10 segundos entre cada um. Os resultados — incluindo a caracterização dos participantes por categorias (idade, massa corporal, estatura etc.), **OS RESPECTIVOS TEMPOS** (muitos úteis e de aplicação imediata para treinadores) e os registros de potência máxima absoluta e relativa — estão disponíveis na íntegra no artigo, que pode ser acessado gratuitamente por meio do *QR code* ao fim da reportagem. Como esperado, os melhores resultados foram obtidos pelos jogadores mais velhos, e também foi observada uma relação entre a massa corporal e a potência, o que denota a importância de observar tais questões durante os treinamentos.

“O grande trunfo desse trabalho”, explica Souza, “é possibilitar que qualquer treinador, principalmente quem trabalha na base, possa usar esses dados como norteadores para saber se os seus atletas estão progredindo bem com o treinamento. Porque essa é uma deficiência que nós temos; geralmente as tabelas de classificação e os grandes artigos lidam com atletas de altíssimo rendimento, como os jogadores de seleções nacionais, e aí quem trabalha com futebolistas jovens acaba ficando sem muitos parâmetros para saber se os seus atletas estão evoluindo ou não.”



Foto: Fernando Rezende

À esquerda, o professor doutor Vagner R. Marcelino, coordenador dos cursos de graduação em Educação Física (bacharelado e licenciatura) da Uniso; à direita, o professor doutor Thiago M. F. de Souza, docente na instituição até 2022 e autor principal do estudo

CLASSIFICAÇÃO DO TEMPO (EM SEGUNDOS) NA CORRIDA DE 35 METROS EM JOGADORES JOVENS

Classificações	Sub12	Sub13	Sub14	Sub16
Ruim	> 6,1	> 5,8	> 5,3	> 5,1
Regular	6,1 – 5,6	5,8 – 5,1	5,3 – 5,1	5,1 – 4,7
Bom	5,6 – 5,3	5,1 – 4,8	5,1 – 5,0	4,7 – 4,5
Ótimo	< 5,3	< 4,8	< 5,0	< 4,5

Fonte: “Classificação da potência anaeróbia em jogadores jovens de futebol”, Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (2022)

Com base no artigo “Classificação da potência anaeróbia em jogadores jovens de futebol”, publicado na Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício em 2022, de autoria dos seguintes membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Performance Humana e Saúde da Uniso (ativo até 2022): o professor doutor Thiago Mattos Frota de Souza, à época docente da Uniso, acompanhado dos estudantes (hoje egressos) Heron Soares Santos e Leonardo Vinicius Vicente Modesto dos Santos, além do coordenador dos cursos de graduação em Educação Física (bacharelado e licenciatura) da Uniso, o professor doutor Vagner Reolon Marcelino. Também são autores do artigo: Rafael Valério Pazoto, Gian Alensson Zaia, Eduardo Fantato Rodrigues e Roberto Moriggi Junior, à época pela Faculdade de Santa Bárbara d’Oeste; e Cláudio de Oliveira Assumpção e Túlio Banja, à época representando o Grupo de Pesquisa em Biodinâmica do Movimento Humano da Universidade Federal do Ceará. **Acesse o artigo:**



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMO GARANTIR O DIREITO AO ENSINO REGULAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

REPORTAGEM: Bianca Didoni



Foto: Photo: nadezhda1906 (Adobe Stock)

Na dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso), a mestra Andreia Marques Leitão analisa os desafios e as potencialidades da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, unindo a experiência de mais de 15 anos na Assistência Social a um olhar acadêmico sensível e crítico.

“Meu olhar era semelhante ao da segregação. Com a pesquisa, compreendi que a educação inclusiva é a melhor forma de educação para todos.”

Andreia Marques Leitão

Foi por meio da prática que a pesquisa da mestra Marques Leitão nasceu. Assistente social há mais de 15 anos, ela sempre acompanhou de perto as dificuldades enfrentadas por pais e professores diante da inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares.

“Era comum que as famílias buscassem orientação sobre como garantir o direito à educação dos filhos”, conta Marques Leitão. “Aquela situação me incomodava profundamente, e foi o que me levou a buscar no mestrado um espaço para refletir e investigar o tema com mais profundidade.”

Assim, em 2023, ela defendeu sua dissertação no Mestrado em Educação da Uniso, propondo uma análise sobre as práticas, os discursos e os sentidos atribuídos à educação inclusiva no contexto escolar brasileiro.

INCLUSÃO OU SEGREGAÇÃO? UM DEBATE NECESSÁRIO

A tênue fronteira entre inclusão e segregação foi levantada pela pesquisadora e tornou a questão central de sua pesquisa. Embora a presença física dos estudantes com deficiência nas escolas regulares tenha aumentado, desde 2003, com a promulgação da **LEI Nº 10.436/2002** e, posteriormente, com a consolidação das políticas públicas de inclusão educacional por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o governo brasileiro reforçou o compromisso de garantir o direito das pessoas

com deficiência ao ensino regular. Essa mudança representou um marco histórico ao substituir o modelo segregador, baseado em escolas e classes especiais, por uma proposta de educação inclusiva, fundamentada no princípio de que todos os alunos devem compartilhar o mesmo espaço educativo, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Contudo, embora o arcabouço legal assegure o acesso, a permanência e o aprendizado de estudantes com deficiência, a prática escolar ainda revela contradições. A falta de formação adequada dos profissionais, de recursos pedagógicos acessíveis e de políticas de acompanhamento contínuo pode transformar a inclusão em um processo apenas simbólico, reforçando práticas excludentes sob a aparência de integração.

“Percebi que muitos profissionais não sabiam distinguir o que é realmente incluir e o que é segregar”, afirma a pesquisadora. Essa constatação motivou a elaboração de um capítulo específico na dissertação, voltado a discutir os limites e as contradições dessas duas concepções, propondo caminhos para uma inclusão efetiva e transformadora.

Assim, o desafio contemporâneo da educação inclusiva está em ultrapassar o limite entre estar presente e realmente pertencer, promovendo um ambiente escolar que reconheça, valorize e responda às diversidades humanas de forma concreta e transformadora.

RESULTADO DA PESQUISA

Para compreender melhor o cenário da inclusão escolar, Marques Leitão realizou um estudo que consiste em mapear e analisar produções acadêmicas sobre a inclusão. O estudo revelou um quadro de desafios persistentes, mas também de potencialidades importantes.

Entre os achados, destacou-se o papel essencial da família como aliada no processo de inclusão. O envolvimento familiar é, segundo a pesquisadora, um fator determinante para que a criança se sinta acolhida e desenvolva autonomia dentro do ambiente escolar.

Outro ponto relevante foi a relação entre professor e aluno. Quando o educador reconhece as habilidades do estudante com deficiência e adapta sua prática para valorizá-las, o processo de inclusão se torna mais autêntico e significativo.

“A identificação das habilidades do aluno atípico é o primeiro passo para promover a inclusão verdadeira”, destaca Marques Leitão.

Curiosamente, o estudo também apontou uma lacuna na literatura acadêmica: a escassez de pesquisas sobre a convivência entre alunos típicos e atípicos em sala de aula comum. Essa ausência, segundo a autora do estudo, abre novas possibilidades de investigação sobre os impactos da diversidade na formação de todos os estudantes.

ENTRE O COMPROMISSO E A ESPERANÇA

O Instituto Rodrigo Mendes (IRM) — em parceria com a Fundação Lemann, o Instituto Natura e a Associação Bem Comum — lançou o relatório Panorama da Educação Especial **2024**, que apresenta uma análise abrangente dos dados entre 2013 e 2024. O levantamento revela um crescimento expressivo e contínuo das matrículas de crianças público-alvo da educação inclusiva, com destaque para a etapa da Educação Infantil nos últimos anos.

Entre 2021 e 2024, as matrículas cresceram 239,6% nas creches e 223,4% nas pré-escolas.

PARA SABER:

Conheça o relatório Panorama da Educação Especial 2024 acessando o QR Code:



Acesse aqui a Lei nº 10.436/2002





Foto/Photo: Joa Souza (Adobe Stock)

O processo de inclusão da criança no ambiente escolar depende de vários fatores, como a relação entre professor e aluno e também do envolvimento da família, aponta a pesquisa

Considerando o período completo de 12 anos (2013–2024), o aumento acumulado atinge 526,9% e 528,1%, respectivamente. Além do volume, os dados evidenciam a predominância da inclusão em classes comuns: em 2024, 96,7% das crianças na creche e 97,6% na pré-escola estavam matriculadas em turmas regulares, segundo o Censo Escolar (Inep/MEC).

Embora não haja evidências conclusivas sobre os fatores que impulsionaram esse crescimento acelerado, algumas hipóteses ganham destaque.

Entre elas estão o aumento de diagnósticos precoces, a maior conscientização das famílias quanto aos direitos educacionais de seus filhos e o papel de legislações como o marco legal da primeira infância, que têm reforçado a prioridade de crianças com deficiência nas políticas públicas educacionais.

A pesquisa de Marques Leitão reafirma o compromisso social com uma educação mais inclusiva, crítica e humanizadora. Ao unir a prática da assistência social à reflexão científica, a pesquisadora demonstra que a verdadeira inclusão

vai além das políticas públicas, ela se concretiza no olhar sensível e na ação comprometida de cada profissional da educação. “Toda criança tem direito de aprender e de pertencer”, defende Marques Leitão.

Com base na dissertação “O processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso), com orientação da professora doutora Ana Letícia Losano e aprovada em 27 de fevereiro de 2023. **Acesse a pesquisa:**

